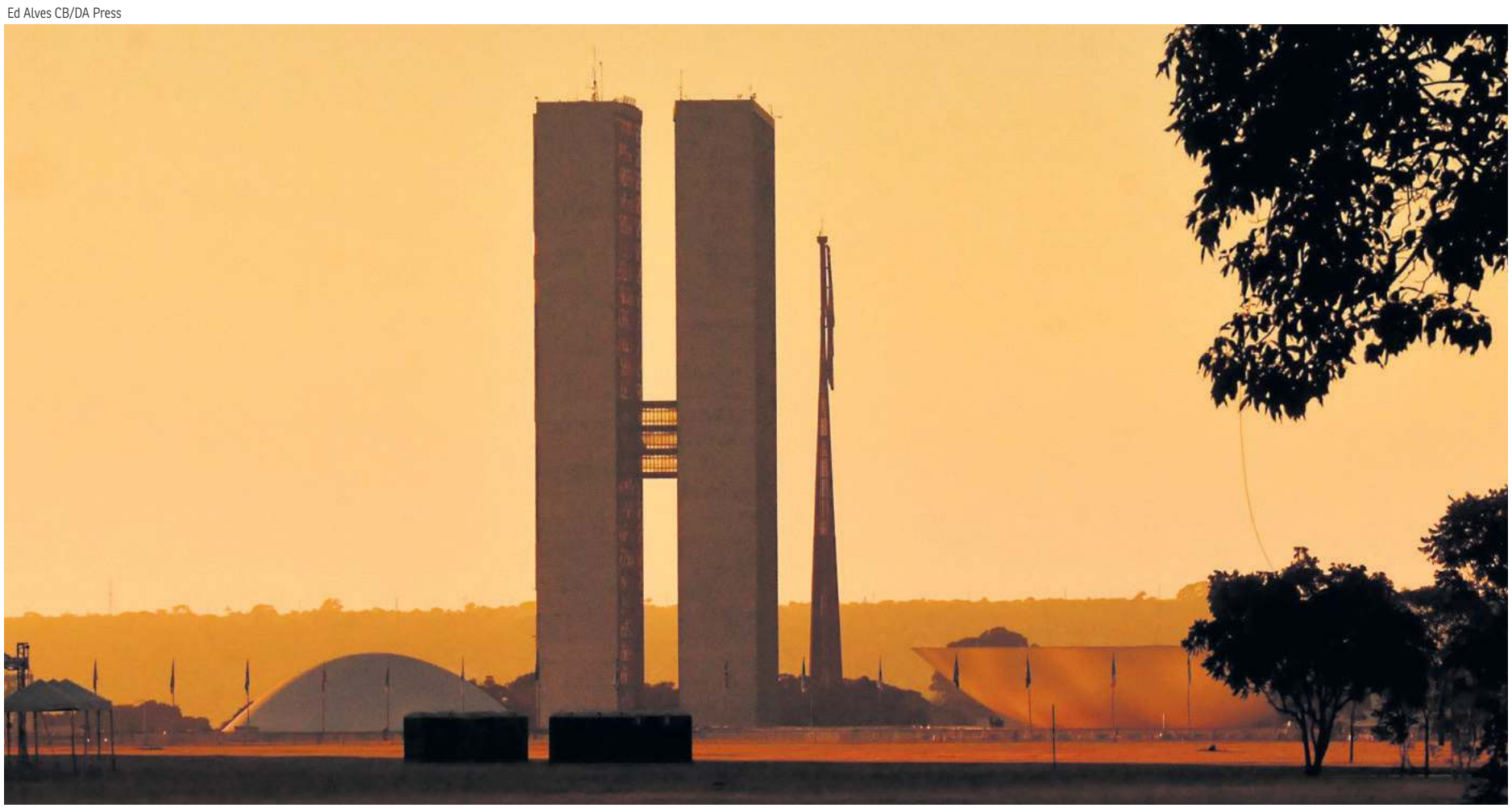
QUARTO MANDATO

Desafios em um Congresso hostil

Com o PL fortalecido na Câmara e no Senado, Lula terá de ampliar alianças com o Centrão, negociar mais espaços de poder e priorizar pautas de consenso para garantir a governabilidade. A mobilização popular também será estratégica

» LUÍZA ALTOÉ

Ed Alves CB/DA Press



A silhueta do Congresso Nacional ao amanhecer: Lula terá, em 2027, em seu quarto mandato, um Legislativo mais forte nas mãos da oposição e maior custo para governar

A partir de 2027, o Partido Liberal terá as maiores bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Além disso, ainda amplia a força da oposição no Congresso o número de parlamentares de outras siglas alinhados ao bolsonarismo. O cenário impõe dificuldades diretas à governabilidade do quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no parlamento.

Especialistas ouvidos pelo **Correio** apontam que o novo Congresso tende a aumentar o custo político do Lula 4. Para contornar o cenário, o governo terá de ampliar alianças com o centro, priorizar pautas menos controversas e manter a militância ativa nas ruas e nas redes sociais.

"Lula sai fortalecido das urnas, porém encontrará um Congresso ainda mais resistente à sua agenda. O crescimento do PL torna o Centrão ainda mais indispensável para garantir uma governabilidade mínima no quarto mandato", avalia o cientista político Murilo Medeiros.

O Centrão é um conjunto de partidos que tendem a se aliar ao governo do momento. Em troca, assumem cargos, o controle de órgãos e a liberação de verbas. Um dos caminhos para isolar a oposição é construir alianças sólidas com essas siglas, que possibilitam a Lula ter uma frente de aliados no Congresso.

Para isso, o cientista político Carlos Eduardo Borenstein destaca a importância de o petista garantir a presença desses partidos em cargos importantes na Esplanada. "O que eu acho que é essencial para o Lula melhorar a governabilidade dele é não só atrair esses partidos, mas premiá-los com pastas que significam o controle de poder político e financeiro", explica.

Medeiros também reitera esse ponto ao defender que o novo governo terá que distribuir os espaços de decisão de forma mais equilibrada, mas também trabalhar ativamente em momentos de votações importantes, tendo de negociar e conceder demandas com mais frequência. "Lula ficará ainda mais dependente dos partidos de centro, que terão maior capacidade de impor condições ao governo", ressalta.

Porém, Lula também pode pedir fidelidade nesse cenário. O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães, é favorável à construção de um governo de "frente ampla", com os partidos do Centrão. Porém, defendeu fidelidade nas votações por parte desses partidos que integrarão o quarto mandato. "Não pode o partido ter três ministérios e votar sempre contra o governo. Acho isso errado", disse. "O partido pode ser independente, mas quem tiver no governo tem que votar com o governo."

Lula ainda pode contar com instrumentos externos de pressão ao Congresso. É o caso da mobilização nas ruas e nas redes sociais, assim como fez para garantir a aprovação do fim da escala de trabalho 6x1. Nesses momentos, os parlamentares tendem a se sentir pressionados e recalcular a rota de pautas. "É fundamental para Lula manter esse 'Exército do Lula', até porque, se tiver necessidade, o presidente pode convocar manifestações para as ruas", explica Borenstein.

> **Lula sai fortalecido das urnas, porém encontrará um Congresso ainda mais resistente à sua agenda. O crescimento do PL torna o Centrão ainda mais indispensável para garantir uma governabilidade mínima no quarto mandato"**
>
> ***Murilo Medeiros,***
> *cientista político*

> **A questão do impeachment de ministros do STF vai depender do resultado da eleição do Senado. Se o Davi Alcolumbre se reeleger, eu acho que enfraquece muito esse espaço para se levar adiante essa bandeira"**
>
> ***Carlos Eduardo Borenstein,***
> *cientista político*

Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Ministro José Guimarães defende a construção de um governo de "frente ampla" com o Centrão

29
SENADORES
121
DEPUTADOS

É o tamanho que terá bancada do PL, o partido que lidera a oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso, a partir de fevereiro de 2027. A legenda ainda terá seis governadores.

Janela de oportunidade

Borenstein avalia que o presidente reeleito está diante de uma janela de oportunidades que pode melhorar sua governabilidade no Congresso em 2027. "Quando a gente soma esses aspectos, como a maior vantagem do Lula, uma base social disposta a ir para as ruas para defendê-lo, um enfraquecimento da oposição com a fuga de Flávio Bolsonaro para os Estados Unidos, se cria uma janela de oportunidades que o Lula pode aproveitar, sobretudo para isolar o PL", diz.

O cientista político vê um cenário de isolamento do PL já se concretizando na Câmara dos Deputados, onde o PT se uniu a um bloco de outros 14 partidos para apoiar a reeleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) à Presidência da Casa. O PL analisa a possibilidade de lançar uma candidatura própria, mas corre o risco de ficar isolado e perder o comando de cargos e comissões importantes.

Motta se consolidou, durante seu primeiro mandato à frente da Câmara, como um político conciliador em meio à polarização da Casa. Durante a eleição de 2026, foi aliado de Lula e garantiu a aprovação de matérias consideradas prioritárias para a campanha à reeleição do petista.

"A reeleição de Motta é muito importante para Lula, porque, se o bolsonarismo quiser radicalizar, e eventualmente o governo sofrer uma grande crise, o presidente tem ali um amplo apoio partidário na Câmara, por exemplo, para evitar qualquer movimento de eventual processo de impeachment", afirma o cientista político.

Complicações

No Senado, no entanto, a situação está mais complicada para Lula. Isso porque a oposição pretende impedir a reeleição de Davi Alcolumbre (União-AP) à Presidência da Casa e emplacar o comando do senador Rogério Marinho (PL-RN) ou da senadora Tereza Cristina (PP-MS). O cenário é acirrado e, caso um nome da oposição ganhe, o tema do impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) tende a ser desengavetado.

"A questão do impeachment de ministros do STF vai depender do resultado da eleição do Senado. Se o Davi Alcolumbre se reeleger, eu acho que enfraquece muito esse espaço para se levar adiante essa bandeira. Outra questão é a seguinte: o Lula e o PT, eles não têm interesse em tocar essa pauta adiante", avalia Borenstein.

A pauta do impeachment de ministros do STF foi uma promessa dos senadores eleitos neste ano. Os candidatos apostaram em críticas à Corte e na defesa de uma reforma no Judiciário para conquistar uma vaga no Senado, única Casa com competência para processar e julgar os magistrados. A mobilização contra Alcolumbre é motivada, principalmente, por ele engavetar os pedidos de impeachment.

Agenda de pautas

O cientista político Murilo Medeiros avalia que a nova configuração do Congresso obriga o presidente Lula a buscar pautas legislativas menos "controversas". Por mais que o PL não tenha número suficiente para barrar sozinho a aprovação de matérias, parlamentares de outros partidos podem se alinhar aos bolsonaristas em circunstâncias que julguem necessárias e, assim, ter a maioria da Casa.

"Segurança pública, combate ao crime organizado, reforma do Judiciário e responsabilidade fiscal são agendas de convergência com a centro-direita e podem ganhar mais espaço no próximo ciclo de governo", destaca Medeiros. "Cada votação importante exigirá mais negociação, concessões e compartilhamento de poder."

No entanto, Borenstein relembra que Lula fez promessas de campanha e deve seguir com pautas que atendam ao sentimento das ruas. Além disso, temas populares tendem a pressionar os parlamentares a votarem a favor das medidas. "Existem muitas expectativas, sobretudo da juventude que foi às ruas para defender o presidente. Eu acho que ele vai procurar ter um equilíbrio entre a questão da austeridade fiscal e a agenda social", enfatiza.